



40º Encontro Anual da ANPOCS

24 a 28 de outubro de 2016

Caxambu-MG

Simpósios de Pesquisas Pós- Graduated (SPGs)

SPG03 As Ciências Sociais e as populações costeiras: territórios e conflitos

1394-1 Do passado que insiste em persistir: conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP)

Autor: Paulo Tácio Aires Ferreira (USP)

Introdução

O histórico de criação e gestão de áreas protegidas brasileiras configurou-se como experiências antidemocráticas, pouco estimuladoras da participação social (IRVING, 2006; SANSOLO, 2009). Seguindo esses modelos, a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), localizada na região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo, unidade de conservação de proteção integral, não permitia moradias e usos de populações, gerando alterações no modo de vida das populações tradicionais inseridas em seu interior. Com as lutas dos povos da região, o local transformou-se em um Mosaico de Unidades de Conservação, englobando áreas protegidas de uso sustentável, categorias mais flexíveis, cujas possibilidades de usos ainda estão sendo discutidas e negociadas pelos atores da região: moradores, ocupantes não tradicionais e a Fundação Florestal, o órgão gestor da área (QUEIROZ, 1992; NUNES, 2003).

O objetivo deste trabalho é avaliar as possibilidades de desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una, localizada no município de Peruíbe, São Paulo, e também inserida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (RDSBU), Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins. Consideram-se os conflitos decorrentes da existência de áreas protegidas no local, bem como os impactos socioculturais ocasionados pelo turismo.

Deste modo, foram levantadas algumas indagações que partiram primordialmente da observação do desenvolvimento do turismo de base comunitária na vila estudada, sua organização espacial e participação política de moradores, ocupantes, associações locais, gestores, representantes de instituições governamentais, destacando os interesses que podem afetar ou influenciar diretamente e indiretamente os impactos do turismo na região.

Nunes (2003) já constatava uma mudança no local de estudo, de que o turismo estava tendo forte relevância na economia dos moradores da região, pois o lugar: “transformou-se num bairro de veranistas, onde os antigos pescadores são hoje caseiros, donos de pequenos comércios, barqueiros etc. O número daqueles que exercem somente atividades de pesca e roça é muito diminuto” (NUNES, 2003, p. 75).

Ramires e Barrella (2003), que estudaram a pesca na região, corroboram a análise dessa transição, da pesca para o turismo, onde moradores trabalham como caseiros na casa dos turistas, com comércio (bares e campings), pilotos de barcos para passeios e guias para pesca esportiva.

Em um estudo técnico feito pela Fundação Florestal, até mesmo a instituição se tributou também a referendar as mudanças na atividade produtiva: “Quase todas as famílias entrevistadas na Barra do Una têm entre suas fontes de renda os ganhos do turismo e da pesca, complementadas por outras atividades.” (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009, p. 85).

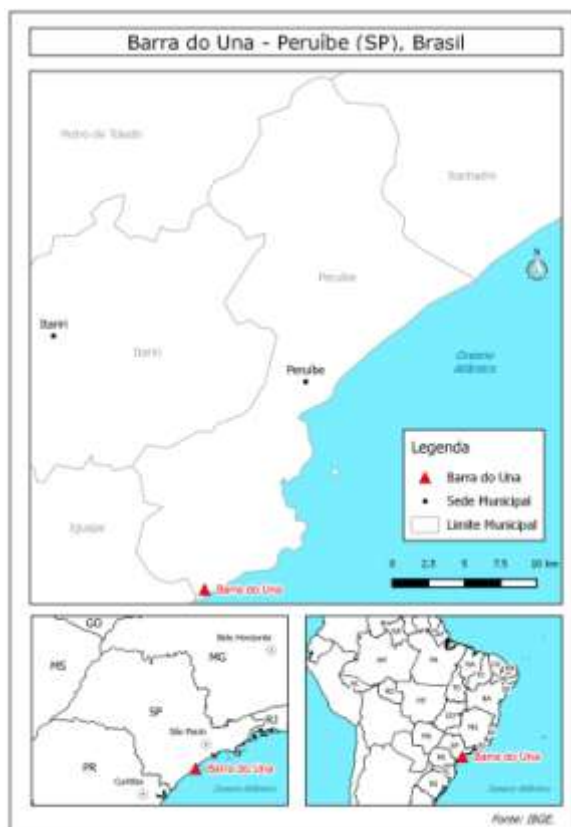


Figura 1 - Mapa da Vila de Barra do Una

O Mosaico Juréia-Itatins, distingue-se em três unidades geomorfológicas: morros, serras, planícies costeiras e praias. A vegetação de parte do Mosaico é composta por uma Floresta Ombrófila Densa (MARQUES E DULEBA, 2004). Também contém distintos ecossistemas: como as restingas e dunas, presentes nas praias e os manguezais (PIEDADE, 2013; SOUZA, SOUZA, 2004, p. 29).

Quanto às praias, localizam-se entre formações rochosas, e variam entre seus comprimentos. A principal é a Praia do Una (mais conhecida por esse nome, ou alguns moradores a chamam também de praia da Barra do Una). Faz divisa, pelo costão rochoso, com a Praia do Caramborê, onde há poucas casas de moradores. Em direção a nordeste,

por meio de trilha, acessa-se também a Praia Desertinha. As praias são certamente os sítios mais procurados pelos turistas na Barra do Una (CORDEIRO et al, 2012).

Em questões climáticas, no local predomina-se um controle de “massas tropicais e polares”, sendo que os meses de janeiro, fevereiro e março são os mais chuvosos; e os meses de junho, julho e agosto são de períodos mais secos, isso com base em pesquisas realizadas entre 1976-1996, conforme Marques e Duleba (2004).

Importante mencionar que, no caso da Barra do Una, a principal fonte de captação de água é a Cachoeira do Maceno, embora haja também outras fontes¹. A região do Mosaico também possui outras diversas bacias hidrográficas, importantes mananciais que abastecem as tantas regiões da Juréia, tais como o Rio Verde e Guaraú.

Percurso metodológico

O percurso metodológico deste trabalho foi a etnografia, que para Geertz (2012):

[...] é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa" (GEERTZ, 2012, p. 4).

Ao referir-se sobre cultura, entendida por este autor como uma “teia de significados e suas análises”, Geertz explica que os objetivos da descrição densa e teoria interpretativa da cultura são: “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva, empenhando-as exatamente em especificações complexas” (GEERTZ, 2012, p. 19 - 20).

Neste sentido, a prática de campo para realização desta pesquisa se deu pela via da observação participante². As atividades conduzidas por tal técnica ocorreram por meio

¹ Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/e-e-jureia-itatins/sobre-a-estacao/>>. Acesso em: 22 abril 2014.

² Segundo Minayo (2007): “A técnica da observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais ponderável e evasivo na vida real.” (MINAYO, 2007, p.59-60)

de visitas ao local de estudo, instalando-se em meios de hospedagens como pousadas e campings, o que possibilitou conversas com proprietários de equipamentos turísticos e turistas; participação em reuniões com gestores, líderes comunitários em assuntos que tratam de discussões sobre o turismo na localidade; participação em atividades promovidas por órgãos públicos; passeios como caminhadas ecológicas, visitas a atrativos, entre outras ações que traziam contato com os sujeitos pesquisados. Além disso, procurei visitar o local em diversas épocas anuais, em feriados notoriamente conhecidos, assim como festividades tradicionais, locais e até mesmo familiares.

As visitas proporcionaram ao pesquisador a coleta de dados próxima à realidade local, às situações de seus cotidianos, observação do desenvolvimento das atividades de turismo, e também outras triviais. Quando estava mais próximo da comunidade podia observar suas queixas, reivindicações e o que pretendiam como futuro. Era nas situações de informalidade que estas falas apareciam com mais frequência, arrisco a dizer, muito mais que nas entrevistas, pois se sentiam a vontade para se posicionarem sem se preocupar em ser censurados.

Nesta pesquisa foram realizadas nove entrevistas³ com moradores. Ainda conforme a autora, as entrevistas são do tipo “despadronizada” ou “não estruturada”, pois são uma forma de explorar melhor um assunto, no caso os conflitos que derivam da atividade turística, por meio de perguntas abertas em conversa informal (LAKATOS, 2009, p. 180). Utilizei roteiros de entrevista diversificados que se baseiam em histórico da localidade. Um dos roteiros foi elaborado conjuntamente com o grupo de pesquisa em que realizo pesquisa semelhante, a respeito da participação política e uso público das atividades de turismo em unidades de conservação⁴.

A decisão de entrar em campo numa região conflituosa como a da Juréia foi feita com muita cautela. Silva (2006, p. 36) em estudo com base em pesquisa etnográfica, em que averigua os limites entre observação e participação, percebe que a chegada do

³ Conforme Lakatos (2009, p. 178) é o: Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento usado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

⁴ O grupo de pesquisa “Territorialidades, Políticas Públicas e Conflitos na Conservação de Patrimônios” desenvolveu, entre os anos de 2014-2015, o projeto “Participação Política e Turismo na Gestão de Áreas Naturais no Estado de São Paulo”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 409448/2013-3. Este projeto, que envolveu diversos pesquisadores, teve como objetivo compreender o processo de envolvimento e participação da sociedade civil na gestão de áreas protegidas, principalmente no que diz respeito a assuntos ligados ao turismo e uso público.

antropólogo na área de estudo é um “momento delicado, decisivo e implica certas dificuldades e idiosincrasias desse campo”, o pesquisador, quando chega em campo, mesmo que possua algum conhecimento da realidade à sua volta, irá apreender “o grau adequado de proximidade e distância que deve manter na convivência cotidiana com os grupos” (SILVA, 2006, p. 38).

Discussão teórica

Áreas naturais protegidas e comunidades locais

Não se sabe exatamente quando surgem os primeiros movimentos ambientalistas (MCCORMICK, 1992), no entanto, dos primeiros grandes impactos causados pelo início da revolução industrial até o final do século XX, onde a preocupação com o meio ambiente ganha larga escala, surgem questionamentos até sobre o desenvolvimento econômico, desabrochando inúmeras indagações, e inserindo como complemento na palavra desenvolvimento, o suplemento “sustentável”.

O fato é que a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, tornou-se um marco na literatura ambientalista, desencadeando outros encontros: Rio (1992, e mais recentemente em 2012), e o Relatório de Brundtland, publicado em 1987, que cunhou pela primeira vez a expressão desenvolvimento sustentável (REIGOTA, 2004).

Todavia, para além das agendas governamentais que incluíam na dianteira das discussões a participação e interesses das grandes potências mundiais, paralelamente ecoou, mesmo com pouca visibilidade, um movimento em defesa de povos que viviam à margem dos grandes debates ambientalistas até aqui mencionados. Destarte, podemos nos apoiar na expressão cunhada por Alier (2014), o “ecologismo dos pobres”, que alerta que esta luta, de certa forma, foi marginalizada. Importante dizer que o autor não pretende condenar estes povos à pobreza, mas os movimentos ambientais por ele analisados são de grupos que de certa maneira são historicamente invisibilizados.

Para Alier (2014), o ecologismo ou ambientalismo se expande como reação ao crescimento econômico, mas é interessante notar que nem todos os integrantes de tais movimentos têm posições convergentes. Deste modo, o autor divide o ecologismo em três correntes. A primeira delas é o culto ao silvestre, que é integrado principalmente pelos “preservacionistas”, ambientalistas mais radicais quanto a presença do homem e/ou comunidades em áreas naturais; o evangelho da ecoeficiência vem em seguida, com posturas mais “conservacionistas”, mais brandos quanto à conciliação entre populações e

natureza. Esta vertente tem como aliada indispensável à ciência. As duas primeiras correntes convivem simultaneamente e disputam a primazia, mas às vezes, até mesmo entrecruzam-se (ALIER, 2014, p. 32).

Na terceira vertente, na periferia da ideologia de sustentabilidade, está a expressão cunhada por Alier (2014), o “ecologismo dos pobres”, ou outras expressões correlatas nomeadas por outros pesquisadores, como é o caso da “justiça ambiental” (ACSELRAD, 2002) e “racismo ambiental” Herculano (2006), grupos sociais e comunidades tradicionais que se defrontam em disputas tendo o meio ambiente em seu eixo central. Definem-se por ocasião da crescente desigualdade social, e também pelos diversos conflitos quanto aos de recursos naturais: usos da água, acesso às florestas, a respeito de cargas de contaminação e o comércio ecológico desigual (ALIER, 2009).

Atualmente há também uma farta literatura que trata de conflitos de comunidades que ocupam áreas naturais protegidas. As áreas protegidas são compostas por grandes extensões de territórios naturais que existem por todo o planeta, possuindo diversos propósitos e objetivos. Segundo Diegues (2001), o lazer em áreas protegidas remonta ao final do século XIX, precisamente em 1872, quando ocorreu a criação de um dos primeiro parques nacionais do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. Resultado da ideologia “preservacionista”⁵, sua finalidade era proteger uma vasta área natural, a vida selvagem (*wilderness*), como também atender às necessidades de lazer das populações urbanas. Muitas populações como, por exemplo, indígenas, foram aos poucos, sendo prejudicadas pela influência da ideologia preservacionista que vigorava (DIEGUES, 2004).

Sobre o surgimento das políticas de conservação de áreas naturais no Brasil, Vianna (2008) aponta para o:

[...] o fato da conservação da natureza ter surgido historicamente dissociada da justiça social e da distribuição da riqueza nacional, criando uma aparente interdependência entre estas questões, [gerou] motivos dos impasses da legislação ambiental brasileira, inclusive no

⁵ No bojo do debate histórico sobre as áreas protegidas está a “peleja” ideológica ambientalista acirrada entre preservacionistas e conservacionistas. A primeira, preservacionista, tem como mentor John Muir, autor influenciado por David Thoreau, que teorizava a reverência à natureza em seu “sentido estético e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)” (MCCORMICK, 1992). Já a vertente que tem como pioneiro Gifford Pinchot, chamada de conservacionista, entende que a geração presente deveria utilizar os recursos naturais de modo consciente e para a maioria dos cidadãos, prevenindo também os desperdícios. Enfim, via conciliação entre homem e natureza (MCCORMICK, 1992). O pensamento de Pinchot, provavelmente, veio também a influenciar o que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável.

tocante às unidades de conservação, vistas como impeditivo de desenvolvimento (VIANNA, 2008, p. 181).

No Brasil, os primeiros passos em direção à proteção de extensas áreas verdes ocorrem a partir da década de 1930, quando surge o primeiro Código Florestal, em 1934, seguido pela criação do Parque Nacional de Itatiaia (PNI) – o primeiro parque nacional. Os parques nacionais acompanharam o modelo norte-americano preservacionista (DIEGUES, 2004).

Mas é somente no ano de 2000 que é instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC, visto como um dos grandes avanços do histórico de implantações de áreas protegidas, e também decorrência das conferências sobre proteção da natureza brasileira, como a ECO-92. De acordo com a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o SNUC, as Unidades de Conservação são:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Nesta mesma lei é determinada a existência de dois grupos de Unidades de Conservação (UC): Unidades de Proteção Integral, as quais a propriedade da terra nas são, em geral, de uso público, como é o caso das Estações Ecológicas e os Parques Nacionais; e também as Unidades de Uso Sustentável que podem ser tanto de uso público e privado, que possui categorias como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável⁶.

Importante mencionar que ao longo destes anos de avanços na questão ambiental, as populações tradicionais também obtiveram êxitos em suas lutas. No ano de 1989, foi aprovada a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2002, o Brasil ratifica e assume o compromisso como signatário da convenção de proteção às populações tradicionais. O desdobramento maior ocorre em 2007, quando estas comunidades foram contempladas por uma legislação específica com a promulgação do Decreto Nº 6.040/2007, em 7 de fevereiro de 2007, que visou instituir uma política nacional para estas comunidades.

⁶Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/19985.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.

No que tange às definições, o que assegura direitos aos povos tradicionais estabelece uma concepção em que podemos destacar o fator “auto-reconhecimento”, tanto de “si”, como dos “outros”:

Povos e Comunidades Tradicionais: [são] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O vale do Ribeira, sudoeste do Estado de São Paulo, apresentando os maiores remanescentes de mata Atlântica do Estado, é um local marcado por conflitos territoriais, onde a disputa pelos recursos naturais coloca de um lado interesses sociais versus interesses econômicos. Comunidades (muitas delas que se enquadram nas definições do Decreto 6.040) desta região se unem contra a construção de barragens ou legislações ambientais estritamente “preservacionistas”. No caso da Juréia, o embate ideológico tem como baluartes os ambientalistas paulistas, constatado por Ferreira (2012) e Queiroz (1992). Nos trabalhos destes autores, é perceptível que tal grupo é o principal influenciador nas decisões da região, tanto na formalização das leis, quanto na execução das áreas protegidas. Resumidamente, são quem influenciam e que decidem.

A instituição de unidades de conservação de proteção integral, que exclui moradores de seus limites, tem se tornado um problema comum a estes grupos não apenas por causa de serem desocupados de seus territórios, mas, além disso, as proibições às atividades de subsistência foram de certo modo muito rígidas, e provocaram grande número de deslocamentos e saída de pessoas das suas regiões originais. Não podendo assim realizar suas atividades tradicionais, o turismo tem se tornado o principal elemento econômico em muitas comunidades. Destarte, é interessante notar seus efeitos impactantes.

A gestão e governança de áreas protegidas têm gerado muitos debates. Em geral os mais afetados são as comunidades, ou grupos sociais mais vulneráveis, ou sendo direto: os mais pobres (ALIER, 2009). Ao conceito de pobreza não cabe apenas ser posto em parâmetros economicistas, com base em renda ou consumo; é importante, além disso, entender como determinada comunidade ou povo entende este conceito. A falta de oportunidades para participar – por exemplo, da constituição de uma unidade de conservação –, ou impossibilidade de agir em processos de tomadas de decisão, a

vulnerabilidade aos riscos de acidentes naturais e incapacidade de defesa de direitos são aspectos que a IUCN (2006) aponta como fundamentais para esse entendimento.

Quanto aos caminhos da participação social, Arnstein (2002) analisa diversas formas envolvendo indivíduos e instituições. Como em degraus de uma escada, a participação ocorre de um nível onde não há real participação, apenas manipulação. Um passo ou subida de degrau adiante, e ainda se permanece quase no mesmo lugar, este nível, a autora chama de terapia. Após isso, as formas participativas vão se consolidando, embora ainda não se arrisque a dizer que tais degraus sejam efetivamente democráticos: informação, consultas, pacificação, parceria. Só mesmo quando se atinge os últimos degraus “delegação de poder” e “controle cidadão” que se chega a uma efetividade da participação popular.

Em áreas protegidas o desafio é integrar as comunidades nos processos decisórios, ou seja, o fato é de “dar voz” a estes cidadãos, que se veem em situações de vulnerabilidade, passando a ser protagonistas no controle social e político de seus territórios. Neste sentido, vem sendo construído e disseminado o conceito de governança.

Graham, Amos e Plumptre (2003, p. 2) definem governança com base na seguinte formulação: “As interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como poder e responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como os cidadãos e demais atores têm a dizer.” (tradução livre do autor).

Mas é preciso evoluir muito ainda neste quesito de participação popular no Brasil. Os quadros apontam para algumas mudanças positivas, não apenas porque nos últimos tempos foram criadas instâncias de participação e aproximação dos cidadãos com o poder público, como exemplificado no caso do SNUC, mas também foram manifestadas – bem como foram do mesmo modo, originadas e conquistadas – nos últimos tempos por movimentos sociais. A luta dos moradores da Vila de Barra do Una em torno de um objeto comum, caracterizada pelo enraizamento das pessoas com o território, é uma demonstração evidente do desejo de participação na condução e governança da área.

Gestão pública do turismo no Brasil e comunidades locais

As viagens, do ponto de vista global, têm crescido vertiginosamente desde o século XX. Assim, tornaram-se interessantes para muitos países como as principais atividades que geram renda. Porém, essa visão que se estreita pelo viés econômico tem

sido muito questionada. Destarte, o turismo deve colocar na dianteira de sua prática propostas para um planejamento adequado, que atenda às demandas sociais, os cuidados e respeito às comunidades locais, aos bens patrimoniais e ambientais em acordo com os seus contextos. Caso contrário, o que poderá se assistir será a uma atividade indutora de impactos negativos, cenários de desigualdades sociais e degradação ambiental, como aponta Bernaldez (*apud* SERRANO, 2001, p. 216).

Como diz Coriolano (2009, p. 58), o turismo “reproduz as contradições da inclusão/exclusão, por seguir a lógica oligopolista por meio de megaoperadoras de turismo internacional”. Pequenas empresas e comunidades estão quase sempre ameaçadas diante da força aglutinadora do sistema econômico, sobrevivendo e resistindo às pressões do mercado global (CORIOLANO, 2009). No entanto, é possível e imprescindível enxergar possibilidades de se trabalhar um turismo de desenvolvimento local e turismo sustentável.

Pelo viés de possibilidades, o turismo pode ser visto como atividade econômica estimuladora de fatores socioculturais como enraizamento, sensibilizar turistas com intercâmbios de costumes de vida, gerar empregos, estimular o comércio local, fixar as populações em seus locais de origem (BERNALDÉZ, 1994 *apud* SERRANO, 2001, p. 216). Mas é preciso sempre atenção: o processo de “turistificação” de uma dada localidade, quando ocorre, geralmente se dá porque a causa foi a pouca participação popular, como adverte Fonteneles (2004).

O desenvolvimento local, por sua característica de descentralização, tem sido uma importante perspectiva para contemplar a participação das comunidades. Buarque (2008) possui uma abrangente definição de desenvolvimento local:

[...] um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população (BUARQUE, 2008, p. 25).

No que concerne ao caso do estado brasileiro, seu passado em relação à gestão do turismo é historicamente marcado justamente pela centralização do poder (CRUZ, 2005). Tal fato ainda se mostra persistente se observarmos que a instituição de políticas

públicas em tempos recentes continua pouco favorável à maioria da população. Ao longo do século XX o país oscilou entre ditaduras, golpes e pouca inclusão da participação popular. É justamente no período militar que se tem a criação da EMBRATUR, embora em governos precedentes ocorressem iniciativas que sinalizavam acelerar o crescimento do turismo no país.

Com o restabelecimento da democracia, a partir dos anos de 1990, já no governo de Fernando Collor, o turismo passou a seguir uma linha neoliberal, e foi seguido pelos presidentes posteriores, como o governo de Fernando Henrique Cardoso que promoveu ações como o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), pautado por apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e também entre outras linhas de crédito, como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (CRUZ, 2005, p. 30).

Também nos anos 90 foi criado o Programa de Municipalização do Turismo (PNMT), tendo como princípios a descentralização, a sustentabilidade, o estabelecimento de parcerias, além da mobilização e capacitação de atores locais. Neste sentido, o PNMT atribuía a responsabilidade da gestão do turismo ao âmbito local, preconizando a atuação do poder público municipal com a participação e o envolvimento direto dos moradores e empresários de cada município (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Cruz (2005) afirma que as recentes políticas de turismo no Brasil, mesmo com a criação do Ministério do Turismo, ainda foram orientadas pelo neoliberalismo, pautando-se por grandes obras de infraestrutura para atender a uma demanda turística, privilegiando grandes empresas, destituindo as populações locais das principais benesses do turismo (CRUZ, 2005, p. 34).

Durante os primeiros anos do governo de Lula surgiram propostas de descentralização das políticas de turismo, como o Programa de Regionalização do Turismo, com os princípios de “flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação” que foram estruturados com base em “roteiros turísticos intermunicipais nas regiões turísticas brasileiras com objetivos de sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional” (MTUR, RELATÓRIO BRASIL APUD CORIOLANO 2009, p.83). Posteriormente, é proposto um novo Plano Nacional de Turismo 2007-2010, subintitulado de “Uma Viagem de Inclusão” (CORIOLANO, 2009 p. 83). Por meio deste plano houve um esforço no sentido de ampliar a participação da sociedade na decisão sobre o turismo em nível local, regional, estadual e nacional. (MTUR, 2010).

Foram, além disso, executadas ações de promoção e fortalecimento do turismo em comunidades, entre estas podemos destacar o “Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária, lançado em 2008, com o objetivo de conhecer e apoiar o desenvolvimento das iniciativas com esse perfil em todo o País” (MTUR, 2010, p. 18). Este edital teve uma demanda expressiva, o que demonstrou o interesse e o potencial da atividade no Brasil (MTUR, 2010). Contudo, as ações de fomento ao turismo com base local, de arranjos produtivos locais tem sido diminutas e quase não houve mais nenhum projeto com o tema “turismo de base comunitária”.

O turismo de base comunitária possui alguns preceitos, que também podem ser observados como princípios, e geralmente estão presentes nas definições deste tema, como: participação igualitária, autogestão e cooperação comunitária, conservação e melhor distribuição dos recursos naturais, entre outros pontos importantes, que de fato destoam do turismo convencional que predomina globalmente.

Maldonado aponta que o turismo rural comunitário, fenômeno recente na América Latina (desde a década de 1980), se originou devido alguns fatores, como: pressões mundiais do mercado turístico; necessidades econômicas e trabalhistas; papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional; estratégias políticas do movimento indígena e rural (MALDONADO, 2006).

No que concerne às definições, para Irving (2009) o turismo de base comunitária “resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica” (IRVING, 2009, p. 112). Já para Coriolano (2009, p. 66) aponta como deve se dar sua efetivação diante do conflito de ter a posse de suas terras, e turismo comunitário para esta autora é aquele “em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo.”

Alguns autores em discussões em congressos tem associado o turismo de base comunitária como um movimento político, ou movimento social, tendo vista sua vinculação às lutas das quais as comunidades locais estão envoltas. Rocha (2003, p.44) destaca os princípios associativos, colaborativos e cooperativos no desenvolvimento do turismo comunitário. O fato é que este turismo tem crescido partindo das ações de comunidades locais, tendo sido, conseqüentemente, apropriado pela academia.

Atualmente, estas comunidades têm chamado a atenção do poder público para a instituição de políticas públicas que as reconheçam e as valorizem.

Etnografia dos conflitos e possibilidades de desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra de Una

A ocupação na EEJI, incluindo a Vila de Barra do Una, data de fins do século XIX. Sanches (2004), com base em documentos oficiais e relatos orais, reconstituiu o histórico das comunidades da Juréia, estabelecendo quatro ciclos que induziram as muitas famílias da região para as atividades de exploração dos recursos naturais. No início, muitas destas pessoas eram oriundas de regiões e cidades próximas ao Vale do Ribeira.

O primeiro ciclo a autora define como “tempo dos antigos”, caracterizado pela inexistência de proibições e leis ambientais por parte do Estado; já o período subsequente, denominado de “o tempo da caxeta” ou “tempo do palmito”, é o momento em que se emprega mão de obra para a caxeta e palmito, atividades voltadas às indústrias extrativas da região; a terceira fase é destacada pela iminência da construção de uma usina nuclear, a qual ficou conhecida como “tempo da Nuclebrás”; o último período é diretamente um referencial à delimitação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), sendo lembrado como “tempo da ecologia”. No início destas ocupações predominava a economia de subsistência, com cultivo do arroz, feijão, mandioca, entre outros, seguido pelo extrativismo (SANCHES, 2004).

Pouco antes dos “tempos” da “Nuclebrás” ocorreu, como em parte do litoral paulista, a tentativa de construção de condomínios luxuosos na região da Juréia (QUEIROZ, 1992, p. 74), que caso tivesse sido concluída, fatalmente afetaria a Vila de Barra do Una.

Até mesmo com o advento da Nuclebrás, criam-se conflitos hierárquicos promovidos pelo Estado, com o estabelecimento de contratos de pessoas das comunidades para serem fiscais dos demais habitantes. Constituiu-se uma nova força de poder, os jovens fiscais contratados, desestabilizando; assim, as lideranças tradicionais compostas pelos anciãos das comunidades (SANCHES, 2004). Importante dizer que a Nuclebrás também gerou demanda por emprego, atraindo pessoas oriundas de diversas regiões do país, entre eles mineiros e nordestinos, como afirma Sanches (2004). Mas em

1985, ocorre o fim da possibilidade de construção de uma usina nuclear, pois a Nuclebrás retira-se do local (NUNES, 2003; SANCHES, 2004).

Os movimentos ambientalistas, a reboque das discussões planetárias que tomaram conta da década de 1970, entusiasmaram-se e granjeavam reconhecimento político-nacional. E nesse contexto, que em 1986 é instituída a Estação Ecológica Juréia-Itatins, através do Decreto nº 24.646, sendo implantada posteriormente, em 1987 pela Lei nº 5.649 (QUEIROZ, 1992; NUNES, 2003).

Os conflitos gerados pela designação de cargos durante o período da Nuclebrás não cessaram, os antes fiscais da usina passaram a ser, agora, guarda-parques para a Estação Ecológica (SANCHES, 2004).

No que tange às lembranças do passado dos moradores anciãos ou mesmo alguns de meia idade, aos quais tive contato, troquei algumas palavras e colhi alguns depoimentos interessantes, às vezes por entrevista, ou somente anotando no caderno de campo. Um morador, muito afamado na vila, contou que havia na vila tarefas muito comuns nas comunidades tradicionais, como as atividades e trabalhos realizados coletivamente, como o “ajutório” e “mutirão”, e isso foi confirmado por outros moradores de idades semelhantes. Mas tal atividade parece ter desaparecido completamente nos dias de hoje, pois não foi vista nenhuma ação do tipo durante a realização da pesquisa.

A locomoção na Barra do Una, nos tempos mais remotos, precisamente antes da década de 1970, era sem dúvida um grande dilema. Afinal são 25 Km até Peruíbe! Havia diversos meios de se chegar à “cidade”: via mar, ou rio. Posteriormente, chega a estrada trazendo relativo “progresso”.

Ainda nestas perspectivas de reminiscências mais distantes, o mesmo morador antigo, que possui 77 anos, conta um pouco de como era sua vida na Juréia. Este, na verdade, não é nascido na Barra do Una, veio do Rio Verde, região localizada na mesma Juréia:

A gente vivia na roça, vivia de pesca... Caça do mato era nossa comida, era peixe. Então, a gente ia bem pouco na cidade... Eu fui conhecer médico quando eu tinha vinte e oito anos, depois de casado... Tudo era com remédio daqui do mato. Tinha os curador, tinham os caras que sabiam as ervas do mato. E isso a gente sente hoje, os cara não sabem, porque tá acabando...⁷

⁷ Depoimento extraído por meio de entrevista.

As ameaças de despejo iniciaram-se quando da instituição da EEJI. A partir disso, também se deflagrou uma intensa luta por permanência. Originam-se, ao mesmo tempo, procedimentos para destacar quais grupos poderiam ter direitos à terra, entre tais grupos, as comunidades tradicionais que habitam a unidade de conservação (NUNES, 2003). Outro exemplo marcante foi narrado por uma moradora anciã, que chegou à Juréia nos anos de 1970, e se casou com um morador tradicional:

Eles fizeram uma festa enorme aqui, sete helicópteros no campo de futebol, caminhões e caminhões de bebida, churrasco pra inaugurar a luz... Inaugurar a luz, trocar lampião de querosene pela luz. Só que neste meio da festa, eles puseram uma banda que fazia um barulho enorme, que você não ouvia o que eles tavam falando, só ouvia quem tava longe da banda. A minha mãe que tava longe, ela ouviu. Ela falou... Tão desapropriando a gente! Ela chamou o Takaoka, que era o representante da época, correu e gritou. A gente pegou lençol, fizemo faixa pra parar aquilo que tava acontecendo. Naquele dia, naquela hora eles estipularam a estação ecológica e desapropriou todo mundo (informação verbal).⁸

No ano de 1990, líderes da região formaram a principal associação comunitária, a União dos Moradores da Juréia (UMJ), conforme aponta Queiroz (1992, p.128). Esta associação iria ter um papel essencial na luta territorial pela contestação e reclassificação da área protegida. Na esteira das mobilizações surge, especificamente, na vila aqui estudada, a Sociedade Amigos do Bairro da Vila de Barra do Una (SABU), associação integrada basicamente por moradores “tradicionais”, mas, segundo diz seu presidente - à época desta pesquisa -, também por pessoas que residam na vila, sem distinção por serem tradicionais ou não.

O primeiro grande desdobramento na Juréia ocorre apenas em 2006 (20 anos depois da instituição do decreto da EEJI), dando sequência ao histórico de lutas locais. Assim, com apoio de dois deputados estaduais, a EEJI foi transformada no Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins, no dia 12 de dezembro de 2006, contendo seis categorias: Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI), Parque Estadual do Itinguçu (PEIT), Parque Estadual do Prelado (PEP), Refúgio de Vida Silvestre (RVS) nas ilhas do Abrigo e Guararitama, Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una (RDSBU) e do Despraiado (RDS), que abrangiam cerca de 110 mil ha. Um dos principais motivos da criação deste mosaico era para atender às reivindicações das

⁸ Relato de uma moradora que foi descrito em um evento promovido na Vila de Barra do Una por professores do Instituto de Psicologia da USP.

comunidades locais, resolvendo, assim, problemas fundiários e de uso direto dos recursos naturais.

Em 2007, os integrantes apontados como “não tradicionais” fundam a Associação de Moradores e Ocupantes de Vila de Barra do Una (AMO), passando a atuar politicamente na defesa dos direitos dos “não tradicionais”. O corpo de formação da associação é composto por profissionais liberais, empreendedores, sociólogos, médicos, programadores visuais, administradores profissionais, contabilistas, técnicos de informática, advogados. Um de seus membros aponta que há, na associação, pessoas de diversas vertentes políticas. Este, que inclusive foi vice-presidente da associação, participando ativamente das reuniões na então RDS, assinala outros pontos interessantes de sua associação: o objetivo também do grupo é a organização social da comunidade; com intuito de fortalecer suas lutas por permanência formaram, inclusive, uma cooperativa jurídica para tal defesa.

Por força de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), em 2009, o território retornou à condição anterior de Estação Ecológica com a mesma extensão territorial, e as atividades como Mosaico foram suspensas (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009). No entanto a luta por uma nova recategorização não cessou, e o cerne dos embates ideológicos girava em torno da existência de populações em unidades de conservação de proteção integral.

Finalmente (ou quase), no dia 06 de março de 2013, após várias discussões, a Assembléia Legislativa aprovou novamente alterações nos limites da EEJI, com a lei nº 14982, reclassificando-a como Mosaico de Unidades de Conservação. Esta lei foi sancionada pelo governador de São Paulo no dia 08 de abril de 2013. A Vila de Barra do Una e parte do Rio Una passaram a compor mais uma vez a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una.

O novo Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins foi consolidado, tal como o primeiro, em meio a muitos conflitos entre as comunidades da Juréia e representantes do governo. Em meu contato com os moradores da Barra do Una, a imagem que amplamente fica em minha cabeça sobre o futuro da RDS é a de uma “esperança desconfiada”.

Decidi passar o *réveillon* de 2013/2014 na vila. Em muitas oportunidades, já havia passado por lá. Mas desta vez foi diferente, pois fui com a observação participação participante, etnografia e caderno de campo na mochila. Antes mesmo de partir, recebi

um e-mail de uma jovem moradora que mantinha contato. O e-mail dizia: “estamos sob pressão, novamente, o ministério público entrou com uma liminar que derrubou o mosaico”.

E assim, mais uma vez, a transformação da EEJI em um Mosaico se mostrou problemática, tornando o futuro dos moradores da região completamente incerto. Em desacordo com a constituição do Mosaico, um Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo expediu, no dia 05 de dezembro de 2013, uma “liminar para suspender a eficácia da lei impugnada”. Ou seja, novamente uma ação direta de inconstitucionalidade, alegando que a nova lei do Mosaico “é inconstitucional e viola o princípio da proibição de retrocesso ambiental”, e que não é possível a “transformação de uma unidade de conservação de proteção integral” em uma de “uso sustentável”, entre outros diversos argumentos.

Para a felicidade da jovem moradora que havia me informado da tentativa do Ministério Público em suspender o Mosaico, esta liminar foi entendida como improcedente no dia 04/06/2014. Foram idas e vindas até que os defensores da transformação da RDS (os moradores da vila, em sua maioria) obtivessem êxito em suas defesas.

A comunidade

Em unidades de conservação podem ser encontrados diversos grupos sociais: caipiras, índios, fazendeiros, pecuaristas, pequenos sítiantes, madeireiros, mineradores, grileiros, empresários, assalariados, caseiros, trabalhadores de serviço terciário, funcionários públicos, pesquisadores, turistas, estudantes, posseiros, proprietários (VIANNA, 2008, p. 190).

Na vila há a presença expressiva de caiçaras, classificados como “comunidade tradicional”. Os caiçaras são marcados pela fusão entre indígenas e os colonizadores europeus, são um grupo social que praticam “atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato”, e habitam principalmente as regiões costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina (DIEGUES, 2000, p. 42).

Embora haja uma comunidade tradicional na vila, cabe melhor utilizar a expressão “população local”, que amplia o entendimento do tipo de ocupantes ou mesmo usuários da unidade de conservação. Neste sentido, é importante dizer que há uma forte

presença de um grupo chamado de “veranistas”. Para Vianna, o termo veranista refere-se ao “indivíduo que possui uma segunda residência, distante de sua residência fixa, a qual visita temporariamente” (VIANNA, 2008, p. 191). Na área estudada, estes moradores cumprem um importante papel social, e estão enredados aos conflitos da EEJI.

O avanço das residências secundárias no litoral paulista certamente ocorreu pela magnitude deste estado, onde se concentram muitas pessoas com significativo poder aquisitivo. Em geral, a bibliografia que trata do tema se detém a questões estatísticas, e isso é refletido nas próprias definições que lhes são atribuídas. Outro fato que também é imputado ao “veranismo” é de que estas residências são as causadoras dos maiores impactos do litoral. Contudo, deve-se ter cautela, principalmente neste caso da Vila de Barra do Una. Apontá-las estritamente como vilões é maniqueísmo.

Não é só de números ou pela questão de propriedade que se define o veranismo. A aproximação “afetiva” dos proprietários de segunda residência com as localidades também é um fator importante a se levar em conta. Muitos autores concordam que há diferenças claras entre “turistas” e “usuários de segunda residência”. Turista, geralmente, não costuma retornar ao local visitado, e nem cria vínculo com a localidade, já:

Os usuários de segundas residências diferem dos turistas propriamente ditos, na medida em que o retorno frequente a uma dada localidade possibilita a criação de um vínculo territorial que se expressa de distintas formas: 1- vínculo afetivo e psicológico com o lugar, sendo esta uma das distinções mais importantes entre o usuário da segunda residência e o turista; 2- vínculos de vizinhanças e sociabilidade com outros usuários de segundas residências e moradores locais (FONSECA, 2012, p.13).

A melhoria do sistema viário, dos transportes, também é apontada pela autora (FONSECA, 2012). E este fato concilia com uma fala de um “ocupante”, quando se refere que foi o estado que levou o progresso à Barra do Una, e não os “veranistas”.

Além disso, o vínculo com o local (e mesmo territorial), a estreita sociabilidade e afetividade dos ocupantes com os moradores da Barra do Una, é claramente constatada em pesquisa de campo. Inclusive há ocupantes (proprietários de segunda residência) que são padrinhos de filhos de moradores tradicionais. Embora não seja do agrado de muitos técnicos da Fundação Florestal, a dependência econômica em relação aos ocupantes que possuem residência na vila (que é fato, e não se pode discordar) não é o principal fator de sociabilidade. Existe, sim, uma relação de proximidade com a área, e entre os grupos.

Atualmente, na vila, é visível que os moradores chamados de tradicionais realizam múltiplas atividades, que não somente as que lhes conferem os preceitos de tradicionais, presentes no decreto ou nas definições acadêmicas. Muitas práticas tradicionais, como a caça e o roçado, foram abandonadas paulatinamente. Ainda existem acentuadas características das comunidades tradicionais, como a pesca e coleta de marisco, mesmo que sejam voltadas ao veraneio.

Mantive contato com uma liderança do grupo de moradores “não tradicionais. Um destes foi um ex-vice-presidente da AMO, liderança que é reconhecida por seu grupo e mesmo pelos moradores tradicionais. Esta pessoa representa este grupo e costuma apontar a si próprio e seu grupo como “os de fora”. Ele se refere a isso devido às designações da Fundação Florestal, que os apontam como “veranistas”. Logo no início de minha pesquisa, deparei-me em um pequeno desentendimento com essa liderança, que autenticou a necessidade do “estar lá” para entender o emaranhado de relações tecidas pelos indivíduos na Vila de Barra do Una. Logo após a conversa, fiz diversas anotações em meu caderno de campo.

Assim foi o ocorrido: em um dos dias em que estava circulando pela vila, quando encontrei um dos moradores, este me convidou para um bate-papo em sua casa, pois estava esperando um grande “amigo”. Logo quando cheguei, cumprimentei as pessoas na casa e fui apresentado ao “amigo” por meu anfitrião. Em seguida, eu dissera o porquê de estar na vila, que era um pesquisador, que fazia uma pesquisa sobre turismo. Após isso, o “amigo” do proprietário da casa passou incessantemente a me sabatar com uma série de perguntas. A primeira delas foi: “Pesquisa de que você faz aqui?”. Respondi sucintamente que era sobre turismo de base comunitária. E ele, sem me deixar expor completamente, considerou de certa forma indagando já outra questão: “Mas pera aí: comunidade? O que é comunidade?”. Expliquei que se tratava da comunidade local, incluindo a tradicional, na qual estava inserida uma comunidade caiçara. E este meu interlocutor, sem me deixar estender, interrompe novamente, e insistentemente inquirindo: “O que é comunidade tradicional?”. Respondi novamente de maneira sucinta, e tentando ser didático, que eram grupos sociais que mantinham algumas práticas de subsistência, compartilham manifestações culturais, mas atentando para o fato de que devemos entender a complexidade de definir tais povos, sua mudança social (incluindo a questão do turismo), e que possuíam, além disso, um estatuto, um decreto. E sem me

deixar terminar, novamente, ele proferiu *ipsis litteris* a definição de população tradicional que está no decreto federal 6.040.

Após isso, percebi que este sujeito tinha um conhecimento com muita propriedade do que ocorria ali. Assim, indaguei a ele se era um veranista. De pronto, se mostrou irritado: “Você está me classificando?”, e: “Isso é preconceito!”. Notei que a pecha de “veranista” era uma maneira de tratá-lo de forma negativa, com diferenciação. Assim, percebi o que estava acontecendo, e falei na mesma hora que havia entendido o porquê dele não ter gostado de ser apontado como um “veranista”. No entanto, a conversa nesse momento estava em um clima um pouco tenso, mas continuamos conversando sobre a situação da comunidade, tradicionais e ocupantes, diante da EEJI. Ele se mostrou irritado comigo, e eu, de certa forma, tive que me conter emocionalmente, pois também estava um pouco aborrecido com sua rispidez, conquanto entendesse que estava defendendo os seus direitos, principalmente quando disse que iria lutar até o fim, e apelar até mesmo para o direito internacional.

O ocupante estava acompanhado de sua esposa. Também, na mesma ocasião, conversei com ela sobre a situação conflituosa em que estavam. Ela destacou que a presença dos ocupantes era muito importante para a região, também me contou sobre uma ajuda a uma moradora da região, já que esta estava acometida por um tumor. Disse (estava bastante emocionada, passou a mão na face) que ajudou até as últimas consequências, levando-a para fazer tratamento em São Paulo e hospedando-a em sua casa. Por fim, voltou a destacar a importância dos “veranistas” para a região, e que se realmente forem despejados, os moradores, mesmo detendo estatuto de tradicionais, iriam se ver em situações incertas com o Estado, e que sua saída seria até mesmo um passo para desabrigar estes demais moradores. Nesse momento, o morador que me havia feito o convite adentrou a conversa concordando categoricamente com ela.

Em que pese o fator de ser o grupo na vila mais vulnerável à legislação arrogada pelos órgãos governamentais, a maioria dos ocupantes não tradicionais contam, em geral, com uma renda superior aos ganhos dos residentes fixos. E isso lhes possibilita um acesso mais fácil a mecanismos jurídicos.

Por conta desse suposto desentendimento descrito, descobri as diferentes percepções das pessoas ligadas ao bairro, como elas se sentiam, seus argumentos, suas defesas, posições e pontos de vista. Alterações consideradas e diferenciações dos casos observadas em campo, semelhantes à análise das “piscadelas”, de Geertz (2012).

Turismo e participação política

A Vila de Barra do Una, assim como a Juréia, vivenciaram diversos ciclos econômicos (SANCHES, 2004). Nota-se em muitos diálogos com moradores o quão é perceptível que o turismo é um fato, e um novo ciclo, consolidado de longa data. Em depoimento colhido durante esta pesquisa, uma moradora recordou isso. Segundo a moradora, o local era freqüentado por muitas pessoas, até mesmo estrangeiros. Mas aos poucos houve uma diminuição por conta da infraestrutura precária, e também pela Estação Ecológica, que possivelmente refreou a vinda de turistas, e, assim, fez com que a vila ficasse, segundo palavras da própria moradora, “esquecida”.

Atualmente, o perfil do turista que frequenta a vila é evidentemente ligado a busca de sol e praia. Uma pesquisa realizada pela equipe técnica da Fundação Florestal, no ano de 2012, aponta que os motivos principais dos turistas que procuram a região se dão pelo simples lazer, banho de mar e rio. A maioria destes turistas é oriunda da capital paulista, os quais, em parte, possuem segunda residência nas praias próximas a Barra do Una (CORDEIRO et al , 2012).

A vila possui como principal atrativo a Praia da Barra do Una. Outras praias são acessadas por meio de trilhas, como as Praias do Caramborê, onde há camping e moradores, e também a Desertinha que, como fica claro em seu nome, é um local onde não há meios de hospedagem, tampouco moradores. De tal modo não é permitido acampar. Todas fazem parte da vila e RDS. A travessia é feita cruzando um costão rochoso, outro atrativo natural, onde há mirantes para as praias do Una e Caramborê.

A pesca é notadamente também muito procurada pelos turistas, entre elas a artesanal e a esportiva. Identifiquei que há opiniões distintas dos moradores, principalmente quando participei de uma reunião em que a pauta foi a pesca. Como supracitado, alguns pescadores, entre eles os antigos, trabalham a pesca artesanal; outros, mais jovens, praticam a pesca esportiva – principalmente os que se localizam em uma região da vila que se chama Tocaia –, na qual se fiska o peixe, solto em seguida. É no rio Una que a pesca é feita regularmente, onde se encontram também os manguezais e restingas, e a ilha do Ameixal, possível de visitar por meio de passeios de barco. Os pescadores também, de certa forma, se tornaram guias (informais), contam a história do local, demonstram também conhecimento dos aspectos biogeográficos. Assim, o turismo, associado à pesca artesanal, é uma atividade que remonta há mais de vinte anos.

Diversas escolas de ensino básico e médio paulistas procuram a localidade, assim como muitas universidades paulistas com propósito de realizar atividades de educação ambiental. Os moradores, em parcerias com a Fundação Florestal e também com universidades, já realizaram alguns encontros. Mostram-se organizados para receber grupos, com atendimentos nos meios de hospedagem, restaurantes e também com os monitores da vila, que são em parte os jovens. Além disso, contam com a experiência dos antigos pescadores. Deste modo, esta atividade é um importante elemento para o desenvolvimento do turismo na vila.

A organização do turismo tende a ocorrer por meio da SABU, tendo em vista que todos seus integrantes trabalham de certa forma com turismo (e também a pesca). Como a associação é dividida em diretorias, algumas delas se dedicam às atividades de turismo.

Observando algumas atas da experiência da primeira RDS (2007-2009), o turismo estava presente em quase todas as reuniões do Conselho Deliberativo. Naquela ocasião, organizavam-se em comissões que tratavam especificamente de turismo, e o assunto foi debatido à exaustão nas reuniões, conjuntamente a outros, como: infraestrutura, sistema de comunicação e sinalização; instalação de trilhas interpretativas, atracadouro; ordenação de áreas de camping, pousadas; atendimentos a turistas e visitantes (turista de um dia, como assim está na ata), instituição de códigos para visitante, cadastramento e normas para monitores ambientais e agências operadoras; pretenderam captar fontes de financiamento, fundos para o turismo; propuseram organizar eventos esportivos (surf, canoagem), ou ainda a elaboração de um calendário de eventos anual, passeios de barco, a instalação de um centro de visitantes, e até mesmo o resgate cultural do fandango, roça e casa de farinha.

Em alguns eventos, como nas festas, há significativa coletividade entre a comunidade, ações que remetem à concepção de turismo comunitário. A festa da Tainha é um exemplo de parceria entre SABU e AMO, e até outros atores. Como já apontado, também há organização comunitária na recepção de grupos escolares, com a divisão de recepção de grupos. Todavia, o turismo no local é, em sua maioria, organizado individualmente, e pautado pelo imediatismo de se discutir ações apenas às vésperas da temporada. Este problema tem sido colocado por moradores e também foi apontado por um ex-gestor.

Referente ao turismo de base comunitária, a vila teve um importante protagonismo, participando do edital de chamada pública do Ministério do Turismo (Mtur/Nº 001/2008) de turismo de base comunitária, mencionado acima. A vila foi contemplada, contudo, o projeto não pôde seguir por causa do retorno do território a uma área protegida de proteção integral. Inclusive, entrevistei uma moradora, liderança feminina à época, uma das elaboradoras do projeto. Ela apontou que o intuito era “capacitar os moradores e envolvidos com o turismo no bairro a receber bem os turistas”.

Sobre turismo de base comunitária ela entende: “quando eu ouvi falar no turismo de base comunitária, me apavorou, me assustou. Eu falei: você é louco, deixar uma pessoa na minha casa. Ficar dentro da minha casa, não, nunca. (informação verbal).⁹ Na verdade ela questionava a viabilidade do turismo de base comunitária na vila; entretanto mudou ideia, e até defendeu sua implantação.

Em outra perspectiva, um dos ocupantes não tradicionais observa que os moradores estão preparados para desenvolver o turismo, pois nota que são organizados. Ficou sabendo de uma recepção coletiva e organizada a um grupo. Entende que:

O turismo de base comunitária poderia resolver todos os problemas desta sociedade. Porque, por exemplo, se você organizasse a pesca tanto numa cooperativa, nem todos os pescadores precisam pescar todos os dias. Se você tivesse um barco grande, que pudesse ir pro mar, e fizesse equipes que revezassem, com mais gente para puxar a rede. O pescador não precisa pescar todos os dias, ele pode fazer o revezamento, porque é assim que funciona no resto do mundo. Cooperativa de pesca, não tão longe daqui, Santa Catarina, funciona assim, no Chile funciona assim, outros países andinos funciona assim. Por que que na Barra do Una, no Brasil, não pode?¹⁰

Na pesquisa de campo observei em diversas ocasiões que, da parte dos turistas, estes geralmente reclamam a respeito da falta de infraestrutura turística, principalmente relacionada aos banheiros nos campings, ou sobre o aspecto rudimentar dos meios de hospedagem. Indaguei a alguns moradores se relatavam aos turistas sobre sua situação de impasse em não poder, geralmente, reformar suas casas. Muitos dizem que sim, que explicam aos turistas os problemas burocráticos, e mesmo os políticos e sociais que têm de enfrentar.

Diversos impactos negativos são relatados em reuniões no centro comunitário: parcerias com empresas de turismo de outros lugares; uso excessivo de bebidas e drogas

⁹ Depoimento extraído por meio de entrevista.

¹⁰ Depoimento extraído por meio de entrevista.

por parte dos turistas, moradores mencionam a falta de respeito, nesse caso turistas os tratam como se fosse ‘invisíveis’; excesso de lixo na temporada; e também animais domésticos na praia.

No período de realização desta pesquisa (2013-2015) as reuniões estavam ocorrendo de forma esporádicas, quase uma vez por mês, tendo mais frequências nos meses próximos a temporada de veraneio. A reconstituição de um novo conselho deliberativo, ainda no momento atual, ano de 2016, não se concretizou, mesmo passado praticamente três anos da instituição do novo Mosaico, o que aponta para as dificuldades do governo em estabelecer um diálogo mais concreto com a comunidade.

Considerações finais

Trilhar pelos caminhos dos conflitos que envolvem o destino de populações em áreas protegidas e observar as bases de suas reproduções sociais e materiais, especificamente o turismo, foram o grande desafio desta pesquisa, que de fato não consegue se encerrar. É impossível concluir precipitadamente algo num cenário que vive transformações incessantes. Todo cuidado ao especular é pouco, embora façamos, adiante, alguns apontamentos do que se analisou.

Do histórico de reviravoltas gerou-se uma esperança desconfiada nos moradores, uma vez que insiste em persistir um passado malfadado. Moradores esperam afastar as incertezas constantes e construir um futuro menos incerto. Os ocupantes não tradicionais continuam com a preocupação de perderem suas residências, ou seja, serem desapropriados. Situação que atinge a todos da vila, tanto financeiramente, mas não só, pois existem laços afetivos entre os grupos.

Portanto, os impeditivos para o desenvolvimento do turismo na vila diz respeito à constante e ainda presente incapacidade do poder público em estabelecer um diálogo com a população local. Esta falta de diálogo remete à história de repressão às atividades tradicionais desde o período da estação ecológica. A luta comunitária pela permanência nunca cessou, e muitos acontecimentos configuram-se sucessivamente como ganhos e perdas.

A instabilidade das políticas na instituição de unidades de conservação, e suas características estritamente “preservacionistas” tem sido o principal impeditivo para se consolidar uma participação mais efetiva dos moradores e uma governança democrática da unidade de conservação. Há uma clara evidência de que o Estado tem tido pouca

habilidade para resolução de conflitos de grande escala, pois criou ao longo dos anos um ambiente antidemocrático e pouco estimulador da participação social.

No tocante ao turismo, é manifesta a disposição dos moradores em desenvolver suas atividades. A princípio, as atitudes para tal estão dispersas, de forma mais individualizada, ou abarcando pequenos espaços e grupos familiares, o que contraria as proposições e princípios do turismo de base comunitária. Em nível federal, incipientes políticas públicas de turismo que favoreçam as comunidades também se mostram como fator negativo.

Mas é possível aventar outros aspectos relevantes análogos ao turismo de base comunitária: expressivo enraizamento dos atores com a área; experiência adquirida com a luta política e com atividade de turismo; unidade coletiva e, por fim, potenciais parceiros adquiridos ao longo do tempo.

O desenvolvimento de um turismo de base comunitária depende de diversos fatores, entre eles da continuidade do associativismo dos moradores. É preciso ter cautela no desenvolvimento do turismo. Projetos de turismo devem-se privilegiar diversos aspectos que não apenas os econômicos, respeitando a idiossincrasia local, sua dinâmica com o espaço e enraizamento da população local.

A comunidade deve ser estimulada ao protagonismo das atividades do turismo e procurar o melhor caminho para a construção de um turismo sustentável. Os insumos: a natureza, cultura, e mesmo uma notável experiência de participação popular com a atividade do turismo ela demonstra que possui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2014.

ALMEIDA, A. P. de. Usos e costumes praianos. IN: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). In: **Enciclopédia Caiçara – Volume IV – História e Memória Caiçara**. São Paulo: Editora HUCITEC/NUPAUB/CEC/USP, 2005, p. 47-60.

ALMEIDA, A. W. B (Coord.), MARIN, R. E. A. (Coord.). **Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Comunidades Tradicionais caiçaras da Juréia, Iguape-Peruíbe**. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, W.B. **Parecer Antropológico sobre as Comunidades Tradicionais da Juréia**. Fevereiro de 2012. Disponível em:

- <https://mwba.files.wordpress.com/2010/06/almeida-et-al-2012-parecer-atropologico-sobre-comunidades-tradicionais-da-jureia.pdf>. Acesso em 04 março de 2015.
- ANDRIOLLI, C. S.; FRANCESCO, A. A.; POSTIGO, A. A.; CASTRO, R. R. **Ações, discursos e conflitos no território: o caso dos caiçaras da Jureia**. Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. Online), v.1, p.269 – 297, 2014.
- ARAÚJO, C. M.; TASCHNER, G. Turismo e políticas públicas no Brasil. In: BENI, M. C. (org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.
- ARNSTEIN, S. **A Ladder of Citizen Participation**. Journal of the American Planning Association, Chicago, v. 35, n. 4, p. 216-224, July. 1969.
- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE BAIRRO DA VILA BARRA DO UNA. Turismo sustentável de base comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E OCUPANTES DA BARRA DO UNA. **A preservação o meio ambiente e o modo de vida na Estação Ecológica Jureia-Itatins**. [2010].
- BARRETO, M. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horiz. antropol., Out 2003, vol.9, no.20, p.15-29. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-71832003000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 05 maio 2013.
- BARTHOLO, R; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- _____. Turismo para quem: sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BRANDON, K. “Etapas Básicas para incentivar a participação local”. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecoturismo um Guia para Planejamento e Gestão**. São Paulo: Editora Senac, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 15 abril 2013.
- BRASIL. Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002. **Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências**. Portal da Legislação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 26 fev 2014.
- BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de julho de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 abril 2013.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CARVALHO, M.C.P; SCHMITT, A. **Relatório Técnico-Científico elaborado em atendimento ao termo de referência (TDR)**. Emitido pela Diretoria de Assistência Técnica da Fundação Florestal em 21 de setembro de 2010 para a contratação de serviços

para elaboração de laudo histórico e antropológico para identificação de famílias tradicionais presentes na Estação Ecológica da Juréia-Itatins. Estado de São Paulo. Novembro/Dezembro de 2010.

CASCINO, F. Pensando a relação entre educação ambiental e a atividade turística. In: Serrano, C.; Bruhns, H. T.; Luchiari, M. T. D. P (orgs.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Papirus, Coleção Turismo, pp. 189-206. 2000.

CORDEIRO, V.; MACEDO, M.S.; SILVA, C.R.; MOURA, C. **Características dos visitantes da Estação Ecológica Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil**: Monitoramento e subsídios para a gestão In: VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação - VII CBUC, 2012, Natal - RN. Anais... Natal: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2012. (Cd-room).

CORDEIRO, V.; SILVA, C.R.; MACEDO, M.S.; MOURA, C. **Características do pescador amador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una, Peruíbe, São Paulo, Brasil**: subsídios para a gestão e manejo sustentável. In: IV Congresso sobre Manejo de Ecosistemas y Biodiversidad de la IX Convención Internacional sobre Medio Ambiente y Desarrollo, 2013, Havana. Memorias... Havana: Ama sello editorial, 2013. p.1153 - 1164 (Cd-room).

CORIOLO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

CORIOLO, Luzia Neide M. T. e VASCONCELOS, Fábio P. **O turismo e a relação sociedade natureza**: realidade, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed. UECE, 2007.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

CRUZ, R. de C. A. da ; SANSOLO, Davis Gruber . **Plano Nacional de Turismo**: uma análise crítica. Caderno Virtual de Turismo (UFRJ), rio de janeiro, 2003.

CRUZ, R. de C. A. da. **Políticas públicas de turismo no Brasil**: território usado, território negligenciado. Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234/12254>>. Acesso em 02 março 2015.

CUNHA, M. C. da. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2001.

_____. A mudança cultural como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: **Enciclopédia Caiçara – Volume I – O olhar do pesquisador**. São Paulo: Editora HUCITEC/NUPAUB/CEC/USP, 2004, p.31-48.

FERREIRA, C. P. **Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

FERREIRA, L. E. de C. **Que os parques possam ser a nossa casa - a luta pela recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins**. 2011. 201f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP.

FERREIRA, P.T.A. **Do passado que insiste em persistir: conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una**

- em Peruíbe (SP)**. 2015. 199f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes e Humanidades, Universidade de São Paulo – EACH/USP.
- FONSECA, M. A. (Org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal, RN: Ed.UFRN, 2012.
- FONSECA, M. A. & Lima, R. Segunda residência: conceito, características e significados. In: FONSECA, Maria Aparecida (Org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. RN, Natal, EdUFRN, 2012. p.11-18.
- FONTELES, J. O. **Turismo e Impactos socioambientais**. São Paulo: Editora Aleph 2004.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009. **Estudo técnico para recategorização de Unidades de Conservação e criação do mosaico de UCs Juréia - Itatins**. Disponível em: www.fflorestal.sp.gov.br/.../Estudo%20Tecnico_Mosaico_Jureia.pdf. Acesso em: 26/02/2014.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. **Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century**. Durban. UICN. 2003.
- HERCULANO, S. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. UFF/ICHLACTA. 2006.
- IRVING, M de A.; GIULIANI, G.; LOUREIRO, C. Natureza e Sociedade: desmistificando mitos para a gestão de áreas protegidas. IN: Irving, Marta; Giuliani, Gian; Loureiro, Carlos (org.). **Parques estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão**. São Carlos: RiMa, 2008, pp. 1-19.
- IRVING, M. de A; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHO, A. Construção de governança democrática: Interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M. de A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Aquarius, 2006. p. 41-75.
- _____. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. Tradução de João Manuel. Ribeiro Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- MALDONADO, C. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2006.
- MAMEDE, M.C.H. et al. 2004 Mata Atlântica, p. 115- 132. In: Marques, O.A.V.; Duleba, W. (Ed), **Estação Ecológica Juréia-Itatins. Ambiente Físico, Flora e Fauna**. Ribeirão Preto: Holos, p 115-132.
- MARQUES O.A.V. e DULEBA,W. (Org.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins: Ambiente Físico, Flora e Fauna**. Ribeirão Preto: Holos. 2004.
- MEDEIROS, R.; IRVING, M.A.; GARAY, I. Áreas Protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a Inclusão Social. In: IRVING, M.A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Proteção Editorial Aquarius, 2006. p.15-40.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: MTur. 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>. Acesso em: 04 set 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo. Roteiros do Brasil:**

Diretrizes Operacionais. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, MTur; Brasília, 2004. Disponível

em:http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 02 set 2013.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru, São Paulo. EDUSC, 2001.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: Uma compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*, 9(2), 191-211, 2003.

MUSSOLINI, G. O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião. In **Enciclopédia Caiçara – Volume IV – História e Memória Caiçara**. São Paulo: Editora HUCITEC/NUPAUB/CEC/USP, 2005, p. 189-198.

PIEIDADE, F. L. ; MOLINA, S. M. G. **O estado da arte da legislação aplicável às comunidades tradicionais: o caso da unidade de conservação Jureia-Itatins**. *Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. Online)*, v. 1, p. 5-32, 2013.

NOGUEIRA, S. M. B. Ações Sustentáveis para o desenvolvimento do Ecoturismo em Unidades de Conservação. In: **Turismo e Meio Ambiente – Teles, RMS (Org)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. Planejamento do ecoturismo em Unidades de Conservação. In: **Turismo e Meio Ambiente – Teles, R. M. S. (Org)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NONOMURA, E. Tribunal de SP derruba Lei do Mosaico da Jureia. **O Estado de S.Paulo**, 11 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,tribunal-de-sp-derruba-lei-do-mosaico-da-jureia,385759,0.htm>. Acesso em 16 jan 2013.

NONOMURA, E. Ações contra veranistas criam divisão entre moradores da Jureia. **O Estado de S.Paulo**, 09 de junho de 2009. Disponível em: <http://vida-estilo.estadao.com.br/noticias/geral,acoes-contra-veranistas-criam-divisao-entre-moradores-da-jureia,383555>. Acesso em 16 jan 2013.

NUNES, M. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. 2003. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

OLGA, T. **Turismo e Meios de Hospedagem: Casas de Temporada**. Roca, 2001.

OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

QUEIROZ, R. C. **Atores e retores da Juréia: ideias e práticas do ecologismo**. 1992. 229p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia. UNICAMP, Campinas, 1992.

RAMIRES, M. ; BARRELLA, W. INCI [online]. 2003, vol.28, n.4, pp.208-213. ISSN. **Ecologia da Pesca Artesanal em Populações Caiçaras da Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. Scielo Venezuela. São Paulo, Brasil. 0378-1844.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Braziliense, 2004.

SÃO PAULO. **Decreto nº24.646**, de 20 de janeiro de 1986. Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/193585/decreto-24646-86>>. Acesso em 02 ago 2012.

_____. **Lei nº5.649**, de 28 de abril de 1987. Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/190534/lei-5649-87>>. Acesso em 02 ago 2012.

_____. **Lei nº12.406**, de 12 de dezembro de 2006. Altera a Lei nº5.649 de 28 de abril de 1987, que criou a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, exclui, reclassifica e incorpora áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, regulamenta ocupações e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/131089/lei-12406-06>>. Acesso em 04 março 2015.

_____. **Lei nº14.982**, de 08 de abril de 2013. Altera os limites da Estação Ecológica de Juréia-Itatins na forma que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/1034611/lei-14982-13>>. Acesso em 02 março 2015.

SANCHES, R. A. **Caízaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins: uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem – meio ambiente**. São Paulo, Fapesp, 2004.

SANSOLO, D. G. Centralismo e Participação na Proteção da Natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: Marta de Azevedo Irving (org.). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio. Núcleo de Proteção Editorial Aquarius, 2009.

SANTOS FILHO, J. dos. **Política nacional de turismo: descaso e desrespeito para com o povo brasileiro**. Revista Espaço Acadêmico VIII.86, 1-4. 2008.

SCHERL, L. M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. IUCN: Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido, 2006, 66p.

SILVA, V. G. da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras**. São Paulo, Edusp, 2000.

SOUZA; F. A. Z. e ABESSA, D. M. de S. **Água e Governança na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, SP**. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, N.11; 2010 Pág. 1-11.

SOUZA, C. R. G.; SOUZA, A. P. Geologia e geomorfologia da área da Estação Ecológica Juréia- Itatins. In: MARQUES, O. A. V.; DULEBA, W. (Ed.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins: ambiente físico, flora e fauna**. Ribeirão Preto: Holos, 2004. p. 16-33.

TARIFA, J. R. Unidades climáticas dos maciços litorâneos da Juréia-Itatins. In: MARQUES, O. A. V.; DULEBA, W. (Ed.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins: ambiente físico, flora e fauna**. Ribeirão Preto: Holos, 2004. p. 42-50.

TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

UNIÃO DOS MORADORES DA JURÉIA: **Capacitação inicial para participação da legislação e elaboração do pré-plano de manejo da RDS Barra do Una**, financiado pelo PROTER-Programa da Terra, Peruíbe, em 2008.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a Protagonistas**. Populações tradicionais Unidades de Conservação. São Paulo; AnnaBlume: FAPESP, 2008.